

2

Trabalho, relações de gênero e AIDS

O trabalho, como base constituinte da vida de homens e mulheres e que está na base da sociabilidade humana, tem sofrido, nas últimas décadas, ataques que o localizam como não mais central para o ser social, dadas as transformações observadas no trabalho vivo. Diante do avanço da ciência e da tecnologia, o capital impõe novas formas de trabalho e sociabilidade. O avanço das forças produtivas atreladas ao capitalismo contemporâneo, por meio do desenvolvimento de maquinários e estratégias de produção, longe de levar a um maior progresso para humanidade, tem sido utilizado para uma crescente subordinação de homens e mulheres ao capital.

2.1

O Trabalho e sua centralidade na vida contemporânea

Parte-se do pressuposto de que é a partir da vida vivida, das condições concretas da existência humana, que se podem criar consciências e mentalidades que, por sua vez, geram mais condições concretas de existência, ciclicamente... um ir e vir... um dever. Este movimento dialético, de afirmação e negação, é feito por homens e mulheres vivos, e que, por intermédio do trabalho, continuam a buscar a integridade e, ainda que enfraquecidos, procuram e criam estratégias de superação de suas reais condições de vida. Nesse sentido, faz-se necessário compreender como se dá a dinâmica do trabalho na sociedade capitalista, como um processo que tem privado a classe trabalhadora de seus meios de existência e sociabilidade e cuja centralidade tem sido alvo de questionamentos.

2.1.1

O trabalho como base constituinte do ser social.

É por meio do trabalho que o homem se realiza como ser pensante, distinguindo-se de outras formas pré-humanas. Como parte da atividade humana, o

trabalho se eleva a uma categoria fundante da vida de homens e mulheres e, portanto, da sociabilidade entre estes, caracterizando-os como “*seres sociais*”. Nesta perspectiva, trata-se de seres humanos que, cooperando entre si, lançam mão de um processo de transformação das forças da natureza, para satisfazer suas necessidades humanas, agregando ao que se conquista com o trabalho, um valor de uso cotidiano e imediato.

Engels (1978) ressalta que nos primórdios de sua existência, homens, mulheres e a família, que existiam nos moldes primitivos, desenvolviam uma economia de subsistência. Esta economia, organizada a partir de interesses comuns e numa propriedade coletivizada seguia um curso, orientada por leis derivadas do poder paterno e materno e em cujo ambiente os laços de parentesco eram vitais para uma sobrevivência harmoniosa e a produção e reprodução da vida imediata. Observa, ainda, que o grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e o da família, por outro, desconfiguraram ou desagregaram estas sociedades baseadas nas uniões gentílicas, de uma economia baseada na solidariedade, submetendo-as às relações baseadas na propriedade privada (Engels, 1978: 30, 60).

O avanço a uma sociedade capitalista envolveu a constante transformação dos meios de produção rumo a processos de exploração visando a agregar ao que era produzido um valor que suplantasse a necessidade de reprodução. Portanto, das sociedades caracterizadas pela divisão natural do trabalho, caminhou-se para uma divisão social do trabalho que, além de acarretar uma oposição campo-cidade, teve como objetivo a produção de bens excedentes para a troca, por meio da perda constante do exercício autônomo do trabalho. Engels enfatiza que as divisões do trabalho relacionam-se com: 1º) as que ocorrem no âmbito familiar (entre homens e mulheres). 2º) com a escravidão. 3) com a separação entre artesanato e serviços de agricultura, a partir a invenção de instrumentos que permitiram a agricultura em maior escala e com excedente. 4º) o surgimento de comerciantes, classe que se ocupa, não da produção, mas da venda do excedente produzido (Engels:1978).

Este painel sintético que resume o que a história chama de períodos escravista, feudal e précapitalista vai avançar ainda em direção a uma superação do trabalho como práxis fundante da sociabilidade humana.

O exercício do trabalho está indissociado de uma determinada orientação, o que o caracteriza como uma práxis produtiva mediada pela consciência, teleológica. Ou, em outras palavras: *“Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade”* (Marx, 1975:202).

Assim, o homem genérico opera em conjunto com a natureza e, por meio de uma atitude teleológica, produzindo o que tem para eles um valor de uso, adequado as suas necessidades físicas e espirituais. Através deste processo, homens e mulheres se relacionam, caracterizando-os como seres sociais.

A destruição deste caráter do trabalho, orientado com bases na sociabilidade humana e como práxis essencialmente humana, ocorre a partir do momento em que surge o trabalho assalariado. O desenvolvimento do gênero humano leva a uma realidade cada vez mais complexa, acarretando um sistemático desenvolvimento das forças produtivas e o conseqüente aumento de excedente. A realidade social, contando com aparatos culturais e técnicos mais sofisticados, agrega ao trabalho características que visam, não somente a produção de excedentes, mas a transformação de sua base para processos de acumulação e lucratividade, a partir da exploração do homem pelo homem, no regime agora conhecido como capitalista, ou seja:

O Processo de trabalho, em seu decurso enquanto processo de consumo de força de trabalho pelo capitalista, mostra dois fenômenos peculiares.

Primeiro: o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida de que o trabalho se realize em ordem e os meios de produção sejam empregados conforme seus fins, portanto, que não seja desperdiçada matéria-prima e que o instrumento de trabalho seja preservado, isto é, só seja destruído na medida em que seu uso no trabalho exija. Segundo: o produto, porém, é propriedade do capitalista e não do produtor direto, do trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor de um dia de força de trabalho (Marx, 2004: 47,48).

Sob a égide do capitalismo e da lógica burguesa, os sentidos do trabalho sofrem significativas transformações, a partir da ideologia de uma classe dominante que, alcançando o poder, subtrai do trabalho os excedentes e lucros necessários para sua sustentação, promovendo uma nova sociabilidade. Apesar de suas origens

revolucionárias e de superação das instituições feudais do antigo regime, as revoluções burguesas européias avançaram em direção a um acirramento das contradições capital-trabalho. No intuito de avançar rumo ao capitalismo industrial, a recente burguesia, ultrapassado o objetivo de neutralizar os privilégios das nobrezas feudais e do clero, impuseram a proletarização de uma grande massa de homens e mulheres, como demonstram Marx e Engels, na proposta revolucionária expressa no Manifesto do Partido Comunista:

Até aqui todas as sociedades repousaram, como vimos, no antagonismo entre classes opressoras e oprimidas. Mas, para se oprimir uma classe, é necessário assegurar-lhe condições para que possa, no mínimo, prolongar sua existência servil. Sob o regime da servidão chegou a membro da comuna, tal como, sob o jugo do absolutismo feudal o pequeno burguês chegou a burguês. Por sua vez, o operário moderno, em vez de elevar-se com o progresso da indústria, decai cada vez mais, abaixo das condições de sua própria classe. O operário transforma-se em indigente, e a miséria cresce mais rápida do que a população e a riqueza (Marx e Engels, 2001:44).

O que se acirrou, portanto, foi uma divisão entre os que possuem e os que não possuem os meios de produção de mercadorias, intensificando o domínio de uma classe detentora dos instrumentos necessários para a produção. Acrescente-se a isso uma crescente meta de obtenção de mais valor do que foi empregado no processo de produção de mercadorias, e alheia, de forma contundente, às condições de vida da classe trabalhadora.

O processo de exploração do trabalho de homens, mulheres e crianças objetivam claramente a extração de um “plus”, que representa uma sobrecarga em torno de sua jornada de trabalho. Neste sentido, a estratégia do capitalista é fazer com que se produza além da quantidade de mercadorias que representam, ao final da jornada de trabalho, ou do salário não pago. Trata-se, portanto, de se extrair uma mais valia, que surge a partir do trabalho excedente (Marx, 1975: 359-369). Desta forma, encurta-se o trabalho necessário por meio de métodos, meios e condições materializadas por maquinarias e estratégias de controle da força de trabalho. A mais-valia, portanto, torna-se o resultado adequado à ideia do trabalho como mercadoria e regulado a partir das necessidades de avanço do capital. A consequência desta lógica do capital é a venda de sua energia vital, por parte de homens, mulheres e crianças. Desprovidos dos meios necessários para a produção de mercadorias, são forçados a

vender a única coisa que têm para vender, ou seja, o que ainda lhes pertence: a força dos seus braços, dos pés e mão – sua força-de-trabalho - de forma que consiga a sua reprodução individual, às custas de um processo cruel de sobrecarga de trabalho. Isto se torna a negação de sua essência criativa e autocriadora, na medida em que se subordinam à vontade do capitalista em troca de um salário.

A forma salário camufla a injusta relação entre trabalhadores e capitalistas, a partir da ilusão de que há uma troca justa, ou de que o trabalho que homens, mulheres e crianças realizam, corresponde ao equivalente ao que produziram de acordo com suas necessidades de sobrevivência digna. Esta distorção faz com que trabalhadores e trabalhadoras sofram na sua existência, tendo que lutar por ela, mesmo recebendo um salário, pois no capitalismo “(...) *os preços do trabalho são muito mais constantes que os preços dos meios de subsistência*” (Marx, 2004: 66) e são parte de uma engrenagem que permite, apenas, a reprodução social da classe trabalhadora, seu consumo imediato em prol do lucro capitalista.

O processo de produção capitalista subtrai de homens e mulheres a ele subordinados sua criatividade. Quando vendem sua força de trabalho, o produto final não mais lhe pertence, adquirindo, assim, uma forma e uma existência própria, que não atendem, necessariamente, suas necessidades.

O trabalho parcelado e realizado a partir do acelerado pela dinâmica imposta pelo capital, e que fragmenta o ritmo de produção, faz com que o trabalhador não se reconheça mais no produto final. Este processo, chamado por Marx de alienação, se dá, portanto, em duas vias que se completam - a partir do homem que não mais se identifica com o produto final daquilo que produz, por meio de produção de mercadorias que não atendem suas necessidades, mas que se apresentam para o trabalhador na forma de compra e venda, caracterizando o fetichismo de uma mercadoria produzida pelas mãos do trabalhador, mas que camufla as relações sociais subjacentes ao processo de trabalho empreendido por homens e mulheres, por meio da lógica do capital. Marx elucida:

Consideramos o ato de alienação da atividade prática humana, do trabalho, em dois aspectos: 1) A relação entre o trabalhador e o produto do trabalho, como objeto alheio e dotado de poder sobre ele. Esta relação é ao mesmo tempo a que o coloca ante um mundo exterior sensível, ante os objetos da natureza como ante um mundo

estranho e hostil. 2) A relação entre o trabalho e o ato de produção, dentro do trabalho. Esta relação é a que se estabelece entre o trabalhador e a sua própria atividade, como uma atividade alheia e que não lhe pertence, a atividade como passividade, a força como impotência, a procriação como castração, a própria energia física e espiritual do trabalhador, sua vida pessoal que se volta contra ele mesmo, independente dele, que não lhe pertence. Auto-alienação como acima, a alienação da coisa (Marx apud Yamamoto, 1983: 55).

Uma grande horda de homens e mulheres, ainda que inseridos em uma lógica produtiva sem significado e precária, padecem com a falta de trabalho, estratégia do capital para uma desvalorização ainda maior da mão-de-obra dos trabalhadores. Mas este grande exército industrial de reserva fica à margem da lógica capitalista, somente na aparência. Está excluído do processo de produção capitalista e expropriação da classe trabalhadora, mas continua fazendo parte desta grande engrenagem, que gera uma maior margem de lucro, a partir do salário mal pago e de uma jornada inumana de trabalho.

O avanço da lógica destrutiva e desigual do capitalismo e a intensificação dos meios de exploração segue um ritmo capaz de criar formas de superação dos ciclos de crise pelo qual o capitalismo passa. Guerras, aumento populacional, problemas decorrentes de um ideal de civilização, como doenças, consequências de uma exploração desmedida do homem pelo homem, inevitavelmente requerem do capital uma renovação constante de estratégias de aumento de produção e lucros no decorrer dos séculos XVIII e XIX. Mas foi no século passado que o capitalismo começou a adquirir novas formas, a partir de um salto tecnológico jamais observado.

O século XX presenciou um vigoroso incremento tecnológico que avançou no sistema e no modo de produção capitalista. Resultante de mais um ciclo de crises, iniciado em meados da década de 1970, o capitalismo esboçou uma forte reação, na qual lançou mão de novas possibilidades de produção, e que atingiram, embora em diferentes proporções, os diversos Estados nacionais. Neste sentido, observa-se a transformação de nações em províncias de um capitalismo transnacional-global, sem condições de impor sua soberania e, conseqüentemente, minando a possibilidade de

setores sociais subalternos construir hegemonias alternativas⁵, a partir de uma reestruturação dos meios de produção de caráter excludente.

2.1.2

A reestruturação produtiva: progresso e inflexões

A realidade que se configura na atualidade, além de um limite ao desenvolvimento humano, aparece como mais uma contradição do capitalismo. A tentativa de superação de mais um ciclo de crise do capital, materializada em novas tecnologias, e que deveriam ser utilizados para o progresso de todos, adquiriu formas e objetivos de exploração e exclusão da maior parte da humanidade a partir do acirramento do conflito capital X trabalho. Trata-se de uma modernização dos meios de produção, também chamada de reestruturação produtiva.

O processo de globalização em curso acarretou, para o mundo trabalho e, conseqüentemente para a classe trabalhadora, significativas transformações. Se é possível apontar até a década de 1980, uma crise no trabalho concreto, *locus* da autorealização humana a partir do trabalho, é no seio da classe trabalhadora e nas suas condições objetivas de vida que vão surgir as conseqüências acarretadas pelo desemprego estrutural, baixos salários, extensão da jornada de trabalho, das péssimas condições de trabalho e perda de direitos trabalhistas. Dessa forma, o que se assiste é a uma desconfiguração do sentido que o trabalho deveria assumir na vida do gênero humano, tanto na sua materialidade como na subjetividade da classe-que-vive-do-trabalho⁶.

⁵ Ianni, Octávio. O Estado-nação na época da globalização. Disponível em www.uff.br/cpgeconomiav1n1/octavio.pdf acesso em 10/04/2005

⁶ Este termo, utilizado por Antunes, procura reconhecer, a partir da realidade posta pelos ditames impostos pelo capital, a complexificação da classe trabalhadora no atual momento do capitalismo. Sustenta o autor: “A classe-que-vive-do-trabalho, a classe trabalhadora, hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos (no sentido dado por Marx, especialmente no capítulo VI, Inédito). Ela não se restringe, portanto, ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado. Sendo o trabalhador produtivo, aquele que produz diretamente a mais-valia e participa diretamente do processo de valorização do capital, ele detém, por isso, um papel de centralidade no interior da classe trabalhadora, encontrando no proletariado industrial seu núcleo principal” (Antunes, 1999, p.102).

O sistema de metabolismo do capital e suas necessidades prementes nascem como resultado da divisão social do trabalho, e é a partir de estratégias de continuidade e superação de crise que se abre a possibilidade de novas mediações, ou seja, a partir de elementos que estão subjacentes à dinâmica do capital. Mészáros (1995 apud Antunes, 1999: 19-21), em um plano maior de abstração reconhece, neste processo, duas mediações fundamentais que, como instâncias de passagem para atingir um objetivo, configuram uma realidade concreta no atual momento do capitalismo.

As mediações de primeira ordem, como ressalta Mészáros, permitem a sobrevivência imediata do homem genérico, dotado de autodeterminação, que se caracteriza, por sua vez, como um elemento constituinte da subjetividade humana. É a partir de seu intercâmbio com a natureza e em consonância com sua ontologia singularmente humana, que homens e mulheres se constituem como seres sociais a partir do trabalho (Mészáros, 1995 apud Antunes, 1999: 19).

No período em que o capital experimenta mais um ciclo de crises, e o trabalho experimenta profundas transformações nas suas formas de materialidade, emerge uma segunda ordem de mediações que afetam, sobremaneira, as de primeira ordem. Esta nova ordem de mediações introduz, em desacordo com as verdadeiras necessidades do ser social, novos elementos fetichizadores e alienantes, que subordinam as relações essenciais para o gênero humano à produção material, caracterizando-se como:

1) a separação e alienação entre o trabalhador e os meios de trabalho; 2) a imposição dessas condições objetivadas e alienadas sobre os trabalhadores, como um poder de mando entre eles; 3) a personificação do capital como um valor egoísta – com sua subjetividade e personalidade usurpadas; 4) a equivalente personificação do trabalho, isto é, personificação dos operários *como*⁷ trabalho, destinado à estabelecer uma relação de dependência com o capital historicamente dominante (Mészáros, 1995 apud Antunes, 1999: 21,22).

Estas mediações de segunda ordem, fetichizantes e alienadoras dão-se em uma nova configuração do mundo do trabalho, cujas metamorfoses envolvem uma múltipla processualidade, decorrente de uma desproletarização do trabalho industrial.

⁷ Grifo do autor

Este processo apresenta-se com rebatimentos diferenciados, de acordo com a participação dos países na organização internacional do trabalho. Fruto de novos recursos tecnológicos e organizacionais, as transformações em curso caracterizam-se por uma crescente superação do padrão fordista de produção em massa. Nesse contexto, emergem processos de produção que substituem a fabricação em série pela flexibilização da produção, originando expressões variadas (dependendo do contexto e das possibilidades de produção de onde se instalam) do modelo toyotista japonês, penetrando, mesclando-se e até mesmo substituindo o modelo fordista até então hegemônico (Antunes, 2003: 24).

Na década de 1980 observou-se um importante avanço tecnológico. A partir de um conjunto de experimentos, o fordismo e o taylorismo⁸ deixam de ser as únicas formas de racionalização da produção dentro de uma lógica capitalista, e avançam rumo a possibilidades produtivas baseadas em pequenas e médias empresas. Nessa lógica, pretende-se fabricar produtos mais artesanais, para um mercado mais regional e localizado.

Este novo paradigma, que tende a recusar a produção em massa e em larga escala caracteriza-se, nos termos de Harvey (1994), por um processo de acumulação flexível e articula-se a um grande avanço tecnológico de utilização da robótica, da microeletrônica e da automação, valendo-se do grande salto tecnológico observado na década de 80. Este processo vem acarretando o desenvolvimento de novos processos de trabalho, onde a fabricação em série deve ser substituída pela flexibilização da produção, em busca de novos padrões de produtividade adequando-se às diferentes dinâmicas do mercado globalizado (Antunes, 2003), atendendo a gostos cada vez mais individualizados. Entretanto, a lógica que verdadeiramente impregna este processo é a continuidade da descaracterização do trabalho concreto, de produção de valores de uso, ainda que sob bases mais cruéis e que intensificam os ritmos do

⁸ Baseado nos princípios de Frederick W. Taylor, o chamado **taylorismo** propôs princípios de administração científica, com a finalidade de intensificar a divisão do trabalho. Tal intensificação fraciona as fases do processo produtivo, criando as tarefas especializadas, e hierarquizadas, separando o trabalho manual do intelectual; o **fordismo**, desenvolvido, a princípio, na fábrica de automotores norte-americana Ford, adotou um maior controle da matéria-prima e da força-de-trabalho, fomentando um sistema produtivo que deu origem às linhas de montagem, para atender ao crescente consumo, o combate ao desperdício de matéria-prima e tempo, aumentando a produção e os lucros.

trabalho, para a superação de mais um ciclo de crise do capitalismo, como afirma Harvey (1994, apud Antunes, 1999: 30).

A insistência de que não há nada essencialmente novo no impulso para a flexibilização e de que o capitalismo segue periodicamente esses tipos de caminhos é por certo correta (uma leitura cuidadosa de Marx sustenta essa afirmação). O argumento de que há um agudo perigo de se exagerar a significação das tendências de aumento da flexibilidade e da mobilidade geográfica, deixando-nos cegos para a força que o sistema de produção implantados ainda têm, merecem cuidadosa consideração. (...) Mas considero igualmente perigoso fingir que nada mudou, quando os fatos da desindustrialização e da transferência geográfica de fábricas, das práticas mais flexíveis de emprego do trabalho e da flexibilidade e da flexibilidade do mercado de trabalho, da automação e da inovação de produtos olham a maioria dos trabalhadores de frente.

Como resultado do impacto tecnológico destacam-se as dificuldades no que se refere ao acesso ao trabalho, observadas a partir de um inequívoco desemprego estrutural, decorrente, fundamentalmente, de um processo crescente de intelectualização do trabalho. Trata-se, assim, de um desemprego que ultrapassa as condições conjunturais dos países e não depende dos atributos individuais de homens e mulheres.

Os rebatimentos na “*classe-que-vive-do-trabalho*” são uma exigência de qualificação para inserção no mercado de trabalho e que leva a uma subproletarização intensificada, presente no mercado informal, no trabalho precário, temporário, parcial, subcontratado e *part time* (idem:62).

As relações de produção redefinidas por conta das transformações acarretadas pela reestruturação produtiva apontam para uma “nova informalidade” que, distante de estar ausente da lógica da produção fabril, aparece como essencial para a era da acumulação flexível. O próprio desemprego desempenha um importante papel nesse contexto de crescimento da informalidade, onde a suposta flexibilidade, disfarçada no discurso da autonomia, do empreendedorismo e do trabalho “sem patrão” tecem, como diria Tavares (2007), os “*fiões invisíveis*”, que perpassam a ligação entre as formas de trabalho informal e a produção capitalista. Assim:

“(…) remunerações, salários, e condições de trabalho degradantes são indispensáveis ao funcionamento dos pequenos empreendimentos. É uma característica intrínseca e irrevogável, sua forma necessária de sobrevivência. Exigir a abolição dessas

condições de trabalho implica, na realidade a supressão dos pequenos negócios e de boa parte das situações de informalidade” (Malaguti, 1983 apud Tavares, 2007: 40).

Todos estes aspectos são acompanhados de uma inegável crise no movimento sindical, resultante de transformações na subjetividade do trabalhador e na consciência de classe, e que têm afetado, substancialmente, seus organismos representativos. O núcleo desta problemática reside na fragmentação imposta pelos novos modos de acumulação do capital e no próprio desemprego de ordem estrutural (Tavares, 2007: 150), porque em uma lógica voltada para o consumo exacerbado e de necessidades construídas no âmbito das relações sociais.

A tirania informacional e do dinheiro constituem-se nos pilares do que se convencionou chamar de globalização, ápice do processo de internacionalização do capital. Segundo Santos (2006), caracteriza-se por uma arquitetura que pretende uma “unicidade da técnica, cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único da história, representado pela mais valia globalizada” (Santos, 2006:24). Conjugadas com um acirramento de práticas que envolvem individualismos entre empresas, e que se manifestam na ordem política e territorial, as relações individuais propriamente ditas sinalizam profundas transformações nas bases da sociabilidade, refletida por uma ausência de compaixão frente às necessidades prementes da existência humana (Santos, 2006: 47). O ambiente em questão, portanto, aponta para a prevalência de um sistema ideológico que constrói consumidores, antes mesmo da produção de bens e serviços, caracterizando o que o autor chama de “despotismo do consumo”, articulado pelo vasto império da informação e da publicidade (Santos, 2006: 48, 49), em um contexto de grandes lucros, concentrados nos países centrais e nas mãos de poucos.

Um exemplo concreto deste quadro foi dado pela própria Organização Internacional do Trabalho (OIT) ao concluir, em 2005, que apesar de um crescente avanço do crescimento global do produto interno bruto, registrado como acima de 4% nos quatro anos anteriores, os índices oficiais de desemprego aumentaram mais de 20%. Este dado foi constatado, apesar do registro de alturas recordes dos lucros corporativos, estimando-se um crescimento de 7% do comércio mundial. Os números apresentados, entretanto, não são coerentes com o fato de a maioria dos novos

empregos estarem sendo criados na já superlotada economia informal, onde mulheres e homens trabalham pela sobrevivência.

Apesar de o século passado ser considerado o “*século asiático*”, onde foi registrado um aumento de 41% de produtividade advinda do trabalho, constata-se que esta produtividade deu-se às custas de um grande déficit de trabalho digno em uma área que representa 2/3 da humanidade⁹.

No Brasil, desde a década de 1980, há uma crescente desvalorização das políticas de valorização do trabalho incrementadas, principalmente, por princípios neoliberais de flexibilização das leis trabalhistas e/ou diminuição de gastos em políticas sociais. Estes fatores ocorrem em um contexto, observado desde os anos de 1960, de crescimento da População Economicamente Ativa (PEA), que passou a ser superior ao aumento da população total, significando um acréscimo da pressão sobre a criação de postos de trabalho.

Ressentindo-se dessa nova dinâmica no mundo do trabalho, o trabalho feminino apresenta-se como emblemático desta lógica que, em função das desigualdades de gênero, provoca uma inserção particularizada da mulher no mercado de trabalho.

Mesmo com os importantes avanços promovidos pelo movimento feminista, ainda faz-se necessário ampliar a discussão em torno do trabalho feminino, imbricando-a ao debate que envolve as relações de gênero a fim de subsidiar as análises que incidem sobre a utilização da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho contemporâneo.

Ainda com a problemática descrita, que evidencia que o trabalho continua sendo central na vida do homem genérico, acirrou-se, nas últimas décadas o debate em torno da centralidade do trabalho. O trabalho continua sendo central nas discussões das ciências sociais e humanas? Ainda preserva sua base ontológica, como práxis fundante para o ser social?

⁹ Somália, Juan. “Emprego fica aquém da expansão econômica”. http://www.onu-brasil.org/view_news.php?id4704 – acesso em 13/01/2007

2.1.3

O debate sobre a centralidade do trabalho e o pensamento pósmoderno

O trabalho, tanto como categoria analítica e como práxis tem sido alvo, na contemporaneidade, de diversas análises, materializadas em teses que vão desde a sua afirmação como central para a sociabilidade humana, como fora da centralidade das relações humanas. Em outro pólo há os que defendem a centralidade do trabalho e sua permanência como categoria ontológica para o homem.

O trabalho, como prática que permite ao homem genérico estabelecer com a natureza uma relação quando ao transformá-la, dá possibilidades de criar e recriar-se a si mesmo, pode ser observado desde tempos imemoriais. Mas foi com o avanço das revoluções industrial e francesa, que o trabalho alcançou o status de categoria central de análise, dada a sua centralidade e importância para o nascente capitalismo industrial centrado, essencialmente, na produção de valores de troca, a partir da produção de mercadorias excedentes, às custas da exploração/expropriação do trabalho humano.

Os problemas sociais, decorrentes da busca incessante de lucros por parte da burguesia industrial emergente e do crescimento descontrolado da indústria, levaram a um processo de miserabilidade, jamais observado na história da humanidade. Neste sentido, o conhecimento advindo da sociologia nascente buscava compreender esta dinâmica de um continente europeu, agora tomado pela falência das instituições tradicionais medievais, miséria, doenças urbanas, pobreza e violência e a consequente organização da classe trabalhadora, exigindo seus direitos sociais, características da chamada modernidade.

Sendo assim, o trabalho como base da sobrevivência humana e vetor de reprodução da classe trabalhadora e da produção capitalista passa a ser central para a nascente sociologia, como ciência criada pela necessidade de responder às questões suscitadas pela vida coletiva, principalmente no século XIX.

Os séculos seguintes presenciaram, além do avanço da lógica capitalista, o consequente aumento da população mundial, agora espalhada por outros continentes, como consequência de um longo processo de colonização européia localizada, principalmente, nos continentes americano e africano.

Autores como Hall (2005) sustentam que as antigas identidades nacionais da modernidade estão dando espaço a forças mais particularistas, de matriz cultural. Este fenômeno é decorrente, principalmente do processo de globalização em curso. A globalização seria, nesse sentido, responsável pelo aumento do fluxo e laços entre as nações e teria um impacto sobre as antigas identidades nacionais (Hall, 2005: 7). Ou, como defende o autor:

Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, etnia, e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados (Hall, 2005: 9).

Bauman (2001) acentua que há uma “*fluidéz*” provocada pelas mudanças acarretadas pela valorização da liberdade individual e a separação entre o tempo e o espaço. Tal processo, afirma o autor, faz com que o poder se mova por meio, sobretudo, de sinais eletrônicos. Este processo, que promove transformações sociais aceleradas, é caracterizado pelas dissoluções de laços afetivos sociais, numa clara referência ao crescente processo de individualização. No debate em torno da perda da centralidade do trabalho destacam-se as teses de Lazzarato e Negri (2001) e Gorz (1982).

Questionando o estatuto do trabalho como central no mundo capitalista contemporâneo, Gorz lança mão de teses que subvertem o caráter transformador socializante do trabalho. Em suas formulações, o teórico sustenta a perda do caráter estruturante do trabalho diante da nova sociabilidade humana, estabelecida a partir reestruturação produtiva e do desenvolvimento técnico-científico presenciado nas últimas décadas. No contexto considerado por Gorz como uma sociedade pósindustrial, o trabalho não mais teria o peso qualitativo e quantitativo de outrora. A classe trabalhadora encontrar-se-ia perdida diante das transformações que estariam pondo fim ao trabalho vivo e produtor de riquezas. Surge, então, o que chama de

“não-classe-de-não trabalho”, que teria em suas mãos o verdadeiro caráter revolucionário, atribuído por Marx, à antiga classe trabalhadora.¹⁰

Entretanto, a tese de Gorz, que aponta o fim da centralidade do trabalho, apresenta limites, tendo em vista que não são feitas as mediações necessárias. Assim, a suposta crise no trabalho é tratada como um fenômeno isolado, e não relacionado às “determinações concretas do processo de mundialização do capital” e levando-se em conta a totalidade social (Kameyama, 2005:4). Nesse sentido é necessário:

(...) partir da produção e entender uma das molas da internacionalização, porque obriga a dedicar uma atenção muito particular ao que acontece “nos bastidores” das oficinas, dos escritórios, mas também dos laboratórios de pesquisa industrial, isto, é, a maneira como o trabalho está organizado sob a base de tecnologias voltadas para maximizar a produtividade – “a extração da mais-valia” (Chesnais apud Kameyama, 2005: 4).

Ainda na linha que coloca como cerne da discussão sobre a centralidade do trabalho, o conhecimento como nova força produtiva, estão Lazzarato e Negri (2001). Tomando como ponto de partida a mudança dos paradigmas científicos, procura sustentar que o crescimento do setor de serviços supera, na contemporaneidade, o campo industrial. Assim, há uma desmaterialização da produção, em um contexto onde a informação torna-se central. Esta dinâmica levaria à preponderância do que se chamaria de “*trabalho imaterial*”, que redimensionaria uma economia movida pelo crescente processo de financeirização e crescimento do setor de serviços. Segundo os autores, trata-se de uma “*modificação sistêmica*” do capitalismo contemporâneo (Lazzarato e Negri, 2001:43).

Contestando a tese do trabalho imaterial, Lessa (2003) reafirma a função social do trabalho, defendendo seu caráter ontológico central, que o diferencia do crescente setor de serviços. Acrescenta:

Ao chegarmos na sociedade capitalista mais avançada, sua grande novidade é o fato de o intercâmbio orgânico com a natureza ter se complexificado tanto, exigir uma preparação tão sofisticada, que provoca o surgimento de novas práxis sociais. Estas contudo, jamais substituirão o trabalho: organizar os homens para que uma dada

¹⁰ Prieb, Sergio. “A classe trabalhadora diante da terceira revolução industrial”. In www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt4/seção1/sergio_prieb.pdf acesso em 17/05/2008.

produção se efetive é ontologicamente distinto da produção em si. Organizar sempre foi e permanece sendo imprescindível ao trabalho, mas não é, jamais trabalho.¹¹

Sendo assim, os pensadores da atualidade refletem sobre esta realidade latente, na tentativa de defender uma possível crise dos paradigmas instaurados na modernidade, cujas construções teóricas questionam o programa sócio-cultural do iluminismo, por meio da tentativa de instauração de uma nova cientificidade que se baseia na perda da centralidade do trabalho no pensamento sociológico contemporâneo (Neto, 2004: 128,129).

Apesar de, neste campo, genericamente chamado de pósmodernidade, constatar-se uma grande diversidade de análises e construções teóricas, isso impede que se construa dele uma representação homogeneizadora da sociedade atual, identifica-se três traços comuns, que poderiam caracterizar o chamado pensamento pósmoderno:

a) a sociedade atual é, antes de mais nada, uma sociedade pósindustrial; b) nessa sociedade, o mundo do trabalho perde a sua centralidade na reprodução social, centralidade que agora estaria diluir-se entre esferas diversas, de natureza essencialmente simbólico-cultural e cada vez mais autonomizadas em relação a suas determinações econômico-políticas; c) o capitalismo contemporâneo, desorganizado (C.Offe), dissolve as suas contradições classistas tradicionais (a redução da classe operária industrial aparece como o esvanecimento do sujeito revolucionário) em conflitos circunscritos socialmente (demandas de categorias sociais, minorias, as micropolíticas, etc.) e desloca as instituições que tradicionalmente mediatizaram a ação política [donde a “crise” do Estado nação, do sindicato e do partido político, com a emergência dos megabloco e o protagonismo dos novos movimentos sociais](Neto, 2004: 129).

O traço comum do chamado pensamento dito pósmoderno é que este sugere que há uma perda da centralidade do trabalho como categoria ontológica e como construção teórica relevante no âmbito das ciências sociais e humanas. Nessa lógica, coloca-se em questão os marcos que configuraram a modernidade, agora caracterizada pela complexidade sócio-cultural, o que configuraria uma transição societária. Rebatendo tais teses, Neto sustenta que, o que subjaz ao discurso

¹¹ Lessa, Sérgio. Trabalho, trabalho abstrato e operários. In www.sergiolessa.com/cap_de_livros/trab_classe_cap_2003.pdf ; acesso em 20/05/2008.

pósmoderno é, na realidade, o aparato ideológico de mais um período de crises do capital, travestido de crise da modernidade. Nesta perspectiva, assinala que:

O que semelhantes veios analíticos deixam na sombra é que o programa da modernidade não se implementou num espaço sócio-histórico vazio: foi tomando forma no espaço da ordem do capital. E tanto a lógica do capital, imaneamente instrumental, foi desenvolvendo as suas potencialidades, tanto mais o programa da modernidade viu atrofiadas as suas possibilidades emancipatórias (Neto, 2004: 136).

O reconhecimento das mudanças em curso e que levam a um redimensionamento da dinâmica social, requer, portanto, novos instrumentos de análise, ainda que a base de tal análise seja a que privilegie o trabalho como fundamento da sociabilidade humana e categoria ontológica. Como argumenta Konder (2006), novas arenas de lutas, da atualidade, impondo a capacidade autorenovadora da filosofia da práxis. Ou, em outras palavras:

O que podemos ver é o aparecimento de grupos instáveis e camadas de difícil definição, proliferando entre o proletariado e a burguesia, assumindo papéis múltiplos, que repercutem na sociedade e influenciam a vida política e cultural. Em tais condições, a luta de classes não desaparece, mas as formas pelas quais ela se realiza vão deixando de ser imediatas e diretas, vão se tornando indiretas, sinuosas, passando por mediações cada vez mais delicadas: passam por conflitos deslocados do campo das contraposições nítidas e explícitas para o campo das manobras hábeis e sutis (Konder, 2006:134).

Nesse sentido, o reconhecimento da necessidade de pontos de vista distintos ou da utilização de categorias menos amplas, do ponto de vista analítico, asseguram a assimilação dos valores do pluralismo e os esforços de compreensão e transformação de uma realidade inesgotável, como no caso das mulheres. Tal desafio sugere um embate que reconheça as consequências do avanço do movimento feminista e das questões que tal movimento tem suscitado ao longo de sua história, além de uma reflexão sistemática acerca do aporte da categoria gênero.

2.2

O movimento feminista e o aporte da categoria gênero

Desde o século XVIII têm sido travados inúmeros debates em torno dos direitos das mulheres. Tais debates, que trilharam inúmeros caminhos no decorrer da

história, constituíram a base do pensamento feminista. A exclusão das mulheres do espaço público, a relação entre o público e o privado e a contestação da subordinação feminina ao homem como sendo natural, foram o mote de importantes discussões. Tais debates culminaram com a definição da categoria gênero como categoria analítica fundamental, transversal às relações que se estabelecem entre homens e mulheres e que é socialmente construída.

2.2.1

O movimento feminista: elementos históricos

Entende-se que o movimento feminista deva ser compreendido como o aglutinador e catalisador de um cabedal de reflexões, responsáveis pela conquista de direitos das mulheres. Sendo assim, trazer à tona elementos históricos deste movimento faz com que se considerem as conquistas atuais com o resultado de importantes rupturas no campo prático e teórico.

Precisar o início do movimento feminista pode ser uma tarefa difícil, levando-se em conta que as diferenças entre homens e mulheres, de alguma forma, com mais ou menos intensidade, mais ou menos regularidade ou organização, sempre geraram algum tipo de reação, a partir do antagonismo histórico homem-mulher. Engels (1978) reflete sobre a condição feminina, ainda na antiguidade, quando observa que a primeira forma de família não se baseava em condições naturais, mas econômicas, reforçando a sobreposição da propriedade privada sobre a primitiva, onde a mulher transforma-se em simples instrumento de reprodução. Desta forma, *“a monogamia não surge como forma elevada de matrimônio, mas como forma de escravização de um sexo pelo outro”*. Prossegue o autor: *“o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher”* (Engels, 1978:70).

Se, na antiguidade, as desigualdades entre os sexos já eram latentes, com o avanço das forças produtivas, através da história, há um inequívoco avanço das desigualdades entre homens e mulheres provocado pelo desenvolvimento do capitalismo e do crescente acirramento das contradições capital-trabalho.

O século XVIII trouxe consigo inúmeras reivindicações de grupos excluídos pelo projeto da modernidade. Dentre estes grupos estão as mulheres, que ficaram à margem das conquistas estabelecidas pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, consubstanciada pela Revolução Francesa. A partir desta realidade, iniciou-se um importante debate, procurando questionar a lógica revolucionária burguesa, que excluía as mulheres de direitos conquistados pelos homens no decorrer da história do ocidente.

Em um primeiro momento, pioneiras do feminismo como Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft empreenderam um importante debate com teóricos iluministas, como Jean-Jacques Rousseau, cujo discurso amparava a autoridade masculina sobre a mulher, e cuja legitimidade ainda se dava por meio da tradição. Neste sentido, a estratégia do discurso das mulheres foi sustentada pelo próprio eixo teórico do iluminismo que se assentava na idéia de emancipação, consubstanciada pelos ideais revolucionários oitocentistas. Infere-se, portanto, e concordando-se com Muñoz (2001), que o feminismo é um fenômeno intrinsecamente relacionado ao iluminismo e, conseqüentemente, com a própria modernidade. Sustenta a autora:

Todos los grandes paradigmas teóricos presentan un momento fundacional, una genealogía propia. Y la teoría feminista no es menos. Su origen teórico lo encontramos en la ilustración, en el momento histórico en que se vindica la individualidad, la autonomía y los derechos (Muñoz, 2001: 17).

Um dos marcos de exclusão da cidadania feminina no iluminismo é a obra de Rosseau “Emílio e a Educação”, onde o autor desenvolve um conceito de natureza que exclui as mulheres do pacto político e, portanto, da cidadania. Enfatiza Muñoz: *“En este sentido, su obra representa esa ilustración falsamente universalizadora que no extendía sus logros a la mitad de la humanidad y que nos revela el subtexto de género presente en la Ilustración”*. (Muñoz, 2001: 21).

Instaura-se, assim, a partir de uma produção teórica vinculada/inscrita ao projeto iluminista, uma desigualdade entre homens e mulheres em função da divisão sexual do trabalho, onde se estabelece, como natural, a família patriarcal, onde a mulher deve inscrever-se no âmbito privado e subordinada ao homem.

Apesar da relevância das pioneiras feministas para os marcos inaugurais deste pensamento, a historiografia considera como a “Primeira Onda” do feminismo a luta pelo direito ao voto. Militantes feministas do século XIX e com uma clara direção liberal, delimitaram a atuação das mulheres em torno do sufrágio, até então um direito restrito aos homens. Mesmo com a centralidade no direito de votar, o movimento feminista da “Primeira Onda” abarcou uma importante diversidade de argumentações e reivindicações que:

(...) Van desde el derecho a la educación hasta el derecho a una sexualidad libre, desde el derecho al control de las propiedades de las mujeres casadas por ellas mismas hasta la lucha contra la prostitución, pasando por la reivindicación del sufragio como elemento aglutinador” (Muñoz, 2001: 35).

A autora avança na discussão, afirmando que estas características do feminismo de finais do século XIX, já denotavam uma complexidade que introduzia uma significativa quantidade de temas relacionados às mulheres, dentre os quais o trabalho e a participação política, mesclando radicalismo e conservadorismo, introduzindo propostas de mudanças na esfera pública e privada, reformulando a concepção de cidadania das mulheres (Muñoz, 2001: 35).

A conquista do voto feminino, que se deu a partir dos diferentes contextos nacionais e, portanto, em diferentes épocas (cabe lembrar que as mulheres suíças somente se tornaram eleitoras em meados da década de 1970 e no Brasil o direito ao voto somente foi concedido às mulheres na década de 1930), parecia ter tornado estéril o movimento feminista, que parecia ter caído em um certo “vazio existencial”. Ledo engano. Em 1949 é publicada uma obra que seria referência para o feminismo mundial, tendo em vista uma abordagem da diferença entre os sexos em uma perspectiva inovadora. Trata-se de “*O Segundo Sexo*” de Simone de Beauvoir. No segundo volume intitulado “*A experiência vivida*”, a autora afirma “*Ninguém nasce mulher, torna-se mulher*”.

Neste novo caminho das teorias feministas, Beauvoir (1980) lança mão de um recurso analítico que utiliza inúmeras disciplinas como a história, a política, a psicologia, a biologia e a antropologia para explicar as causas da subordinação da mulher. Porém, o aspecto mais relevante da obra da autora é a definição da

subordinação da mulher a partir de um processo de construção cultural, onde descarta o essencialismo feminino, assim como as explicações biologicistas e deterministas, numa clara crítica às razões iluministas da inferioridade da mulher. Afirma a autora:

Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um outro (Beauvoir, 1980:9).

O corpo de reflexões empreendido pela autora teve um substancial reconhecimento no final da década de 1960, principalmente na construção das principais matrizes do feminismo contemporâneo, onde já se utilizava, em larga escala, uma importante categoria de análise dos processos de subordinação/exploração da mulheres: a categoria gênero.

2.2.2 O gênero como categoria analítica

Desde a segunda metade do século XX, feministas têm se utilizado do aporte de uma importante categoria, o gênero, fruto de um investimento do movimento feminista em um processo de transformação das relações de poder entre homens e mulheres, concebidas como uma construção social e de caráter dialético, constituída a partir de uma unidade.

A utilização do gênero como categoria que atravessa as relações sociais teve uma importante repercussão na construção do conhecimento científico/filosófico. Trata-se de um debate inserido em um processo resultante de dupla demanda, teórica e política, e que se retroalimenta a partir de uma urgente necessidade dos ideais emancipatórios propostos pelo feminismo (Maquieira, 2001, Goldemberg e Toscano, 1992), caracterizando a “*segunda onda*” do movimento feminista.

Dentre os debates travados estão os concebidos a partir das desigualdades de gênero, que se apresenta como uma categoria histórica, concebida em várias instâncias e perspectivas, fazendo com que cada feminista a utilize como forma de

consubstanciar sua visão de mundo. No entanto, como enfatiza Saffioti (2004), há um consenso em apontar o gênero como uma construção social do masculino e do feminino, e cuja contribuição fundamental é a luta pela igualdade para ambos os sexos (Saffioti, 2004: 45,46).

A observância do gênero em relação dialética com o sexo e constituindo uma unidade, sugere uma reflexão que vincula a sexualidade ao contexto social onde ela é exercida, promovendo uma “*costura ético-política*” entre ambos, dando impulso, também, a uma unidade entre estas duas instâncias aparentemente opostas (Saffioti, 2004: 108). Nesse sentido, rechaçam-se as categorias cuja base ontológica que se aproximam das formações discursivas autônomas de influências cartesianas, predominantes no pensamento ocidental e nas quais, segundo Saffioti (1986), não aparecem os sujeitos se apropriando do fruto de sua práxis.

Se pensadas numa lógica cartesiana e sectária trata-se, portanto, de ontologias dualistas que privilegiam as dicotomias, disjunções, descontinuidades, oposições simples e “*esquizofrenizadas*” da realidade histórica onde estão imersas. Concordase com Saffioti (1986) quando esta concebe sexo e gênero não “*como um par de opostos, mas quando apontam para um ser humano entendido como totalidade*”. Os corpos, nesta perspectiva, são socialmente modelados, funcionando como totalidade e como “*lôcus da práxis social, texto cultural, como construção social (...), mais como o agente da união do que como disjunção entre o mundo humano e o {natural}*” (Saffioti, 1986, apud Jaguar e Bordo, 1989: 04), na medida em que homens e mulheres constituem-se como sujeitos da história.

O aparato intelectual consubstanciado pela lógica cartesiana (onde as polaridades se excluem), compreende o homem como o portador da essência, do eu, sendo que a alteridade é construída em função da supressão da mulher (e em última instância, do homem, na medida em que se deve considerar o aspecto relacional entre os gêneros) da ciência em geral. Há, portanto, um esvaziamento do objeto, em detrimento da relação dialética entre sujeito e objeto (Saffioti, 1986).

Um dos desdobramentos do dualismo cartesiano é a construção ideológica de esferas separadas de gênero onde predomina, em termos hierárquicos, uma ontologia masculina, que inscreve a mulher na esfera privada e o homem no espaço público,

dificultando a compreensão destes como seres sociais. Nesta última lógica ambos – homens e mulheres – constituem-se a partir de sua relação histórica, formatando uma igualdade de direitos a partir das diferenças, sem alimentar estereótipos que reafirmam os destinos impostos pelos papéis de gênero e que refletem na socialização dos filhos (que leva a uma reprodução dos papéis de gênero), da superioridade masculina e da castração do prazer da mulher, do homem, enfim da família. Exemplifica Saffioti que:

À medida que os filhos vão entrando na idade adulta, vai-se estabelecendo o domínio do irmão sobre a irmã, numa repetição do modelo parental. Como poderia a supremacia, de qualquer forma, é garantida ao macho adulto. Tanto assim é um grupo constituído desta maneira cultivar a alegria de viver, o prazer? Parece claro que o gosto bom da vida advém, sobretudo, da relação entre iguais (Saffioti, 1987:39).

Neste sentido, torna-se imprescindível nortear-se a partir da reivindicação de Saffioti (1986), de se conceber o gênero como uma categoria de natureza ontológica, que explica a relação social entre os seres, também sociais. Mas tal categoria, acrescenta a autora, deve articular-se com outras, que são utilizadas com vistas a aproximarem-se de uma realidade multifacetada e permeada por diferenças étnico-raciais, sócio-econômicas e geracionais. Na perspectiva aqui adotada, o gênero será um importante e fundamental instrumental de análise da realidade, na qual inclui-se a atual dinâmica que tem provocado profundas inflexões no mundo do trabalho e onde se configuram novas formas de divisão sexual de trabalho. Entretanto, é importante reafirmar, sob bases que relegam a mulher ao mundo privado, da casa e do cuidado, sendo reservado aos homens o espaço público, das relações extra-casa e políticas. Tal assertiva, que adequa a posição da mulher no mundo do trabalho, alia-se a uma lógica de inserção que, se localizada a partir de uma ótica de gênero, aparece de forma hierarquizada.

A transversalidade entre o gênero e classe social pode ser observada na introdução da lógica de descentralização das unidades de produção fabris, de novas formas de trabalho doméstico, atendendo às necessidades do capital. Desta forma, o capitalismo contemporâneo, se apropriando de antigas mazelas deixadas pelas diferenças de gênero, destinam às mulheres, mesmo em países avançados, o trabalho

part time, precarizado e desregulamentado, realizado no âmbito doméstico, ainda que dados recentes indiquem uma participação feminina em mais de 40% do mercado de trabalho (Antunes, 1999: 105). Nessa dinâmica, atividades relacionadas ao capital intensivo, ou seja, aquelas caracterizadas por atividades de maior rotinização e menos qualificadas, são destinadas às mulheres.¹² Reforça-se, assim, a simbiose entre o público e o privado, na medida em que ocorre uma apropriação dos papéis historicamente atribuídos à mulher e inscritos na ambiência privada.

Nessa lógica, um aspecto relevante a ser considerado é a forma como o capital se apropria dos antagonismos criados a partir das diferenciações de gênero para reprodução da classe trabalhadora. Se, ao longo da história, homens e mulheres foram identificados como relacionados às esferas da produção e reprodução, respectivamente, é na esfera da reprodução social, no âmbito doméstico, que a mulher desempenhará uma dupla jornada de trabalho. Como mãe e cuidadora, e exercendo seus supostos atributos naturais de “rainha do lar”, cuidará dos filhos e não raras vezes exercerá atividades remuneradas de “ajuda” no orçamento doméstico, o que torna “invisível” o trabalho feminino de dupla necessidade para o capital. Tal assertiva vai ao encontro do fato de que a categoria “dona-de-casa” não faz parte das consideradas como atividades econômicas, o que não reconhece uma questão central levantada pelo feminismo desde os seus primórdios “o privado é político”.

Outra realidade que tem se imposto sobre diversas análises teóricas e tornou-se um reconhecido desafio, tendo em vista sua inserção no mundo contemporâneo, é a AIDS, cuja análise deve ser enfrentada não somente a partir de seus aspectos biológicos, mas orientando-se pelas características que esta síndrome assumiu desde os seus primórdios.

2.3 AIDS: A Síndrome das permanências?

¹² Partindo do exemplo do Reino Unido, Anna Pollert, conclui que justamente nas áreas mais valorizadas predominam os homens trabalhadores, onde são reservadas as áreas tecnologicamente mais sofisticadas, o que permite concluir, também, que “na divisão sexual operada pela reestruturação produtiva do capital (...), pode-se perceber uma exploração ainda mais intensificada no universo do trabalho feminino” (Pollert, apud Antunes, 1999: 106)

Longe de querer personificar o vírus causador da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, a AIDS, a sugestão de Bastos (2006) em apresentá-lo como uma “*máquina espinosiana*” confere com o fato de esta epidemia, ou mais precisamente este vírus, persistir aos mais ferozes ataques que lhe movem (Bastos, 2006:15).

Em sua terceira década de existência científica comprovada, a AIDS matou milhões de pessoas em todo o mundo, com o poder conferido por uma temível face relativizada, que a torna uma epidemia que se adapta aos mais diferentes contextos sócio-econômicos e culturais.

Nesse sentido, a AIDS apresenta-se, na perspectiva aqui adotada, como um fenômeno social e historicamente determinado e que aponta para aspectos relevantes de transformação no atual contexto histórico. Trata-se, portanto, de valorizar a epidemia como um relevante espelho da realidade atual onde emergem, além de aspectos biológicos, questões de caráter social, as relacionadas à sexualidade e que requer uma postura plural, tanto no cotidiano ou no lidar com as questões que emergem no dia-a-dia, quanto na análise das questões que se referem à epidemia.

2.3.1 Aids, “memória” e “longa duração”

O início oficial da epidemia de AIDS, na década de 1980, trouxe à tona uma série de questões que, relacionadas a uma doença sem cura, potencializou um debate acerca do que, comumente, chamamos de preconceito. Temas antes debatidos e polarizados por grupos progressistas e conservadores, geralmente situados no âmbito das ciências sociais e humanas, porém, imersos na moral religiosa, encontram agora, envolvidos no mundo da ciência natural, em especial na medicina, que anunciava aos quatro ventos a descoberta de uma doença incurável.

As particularidades que cercaram (e ainda cercam) a AIDS residem no fato desta estar relacionada a minorias historicamente discriminadas e ser, também, dentro de uma definição médica, uma doença sexualmente transmissível.

Estas duas particularidades, logo identificadas pela comunidade científica, geraram, ao longo destas duas últimas décadas, um vigoroso debate que trouxe à tona

a chamada dimensão social da epidemia. Não que outras doenças ou patologias também não as tivessem, mas o binômio AIDS-morte e sua relação com grupos de homossexuais, usuários de drogas (injetáveis) e profissionais do sexo, bem como a relação de todos estes elementos com a prática sexual, provocou um emaranhado de análises que conduziram, inclusive, às primeiras medidas de enfrentamento da doença, sejam elas governamentais ou não governamentais. As duas particularidades enunciadas e sua presença consciente ou inconsciente, seja no senso comum ou no discurso científico, podem ser definidas como um processo de elementos de “*longa duração*” que acompanham a AIDS desde os primórdios, infiltrando-se em uma memória coletiva, ainda que sendo parte de uma história considerada recente, como a da epidemia de AIDS. A problematização dos conceitos de “*longa duração*” e “*memória*” e suas possibilidades de análise é que se pretende discutir, localizando a AIDS como uma síndrome relacionada à permanência de aspectos como preconceitos e exclusão, que levam quase três décadas depois de notificados os primeiros casos,¹³ desafiando uma consciência ética universal que responda aos desafios impostos pela epidemia.

Coutinho pondera que, a partir do debate, “*a hegemonia se funda (...) numa unidade na diversidade*”(Coutinho, 1991:16), sem deixar de construir uma consciência ética universal, ou a formação de uma vontade coletiva, nos termos de Gramsci. O autor então complementa:

(...) não poderemos construir um sujeito coletivo que se empenhe na construção da democracia e do socialismo se não aceitarmos o fato de que muitos dos sujeitos singulares ou particulares que participarão desta construção são diferentes de nós (Coutinho, 1991: 16).

¹³ Segundo o artigo de Naveira, Fernand Braudel e Jacques Le Goff situam-se entre os autores da chamada Escola dos Annales, cujas propostas encontram-se em dois eixos centrais que são a reivindicação de uma história experimental científica e a convicção de uma unidade em construção entre a História e as Ciências Sociais. Delimita-se, assim, como objetivo primordial tirar a História de seu isolamento disciplinar, liberando-a para envolver-se em temáticas e metodologias existentes em outras disciplinas, revelando a intenção de fazer uma história de caráter interdisciplinar. Cabe ressaltar uma importante diferença entre a referida escola e o marxismo utópico, tendo em vista que não existe nos Annales uma teoria de transformação social e de luta de classes. O “evento” histórico, nesta perspectiva, não é, portanto, ruptura, transformação profunda e estrutural. NAVEIRA, Olívia Pavani. “Os Annales e as suas influências com as ciências sociais”. www.klepsidra.net – acesso em 16/06/2006.

Nesta perspectiva, a hegemonia apregoada por Gramsci relaciona-se com o consenso entre aqueles que partilham de uma linha democrática e de valores humanistas básicos, que visam a contribuir para a construção de uma ordem socialista, inferindo-se que as contribuições de Braudel e Le Goff¹⁴, a partir dos conceitos de “longa duração e memória” podem caracterizar importantes vetores de análise da realidade da AIDS, mesmo não fazendo parte da tradição marxista, *strictu sensu*.

A análise histórica dos fatos tem conseguido ultrapassar o “tempo curto”, ou de uma sucessão de fatos situados, apenas, na amplitude de nossos olhos. Ou seja, o alcance dos elementos subjacentes aos fatos histórico-sociais tem sido contemplado pela chamada “*nova história*”, através de um constante resgate da perspectiva histórica de longa duração. Como afirma Braudel (1992a:355): “*É na massa inteira da história que realidades de ‘longa duração’ impõem sua presença, sempre prontas para forçar o curso das coisas*”. Neste sentido, a história apresenta-se como um testemunho de familiaridades que se ligam a “*uma corrente de acontecimentos, de realidades subjacentes*” (Braudel, 1992b: 45) e interligados um ao outro. Como exemplo significativo, uma análise do papel da história das instituições, religiões e civilizações revelaria muito menos novidades que conceberiam nossos historiadores do “*tempo curto*”, avançando-se em direção ao desvelamento de elementos subjacentes a uma história meramente factual e de uma dimensão estritamente particular.

A partir da perspectiva de uma história, cuja duração social apresenta-se como substrato da vida atual, pode-se reconhecer no (ad)evento da descoberta da AIDS, uma série de elementos que, se na origem da epidemia já traziam substantivos elementos históricos relacionados à homossexualidade, uso de drogas e prostituição¹⁵,

¹⁴ Cabe ressaltar que Braudel ao sistematizar seu conceito de “longa duração”, mesmo em uma perspectiva que privilegia, em determinados momentos, o determinismo geográfico, reconhece no pensamento de Marx a originalidade do que poderíamos chamar de análise estrutural., ultrapassando uma história que privilegia o tempo curto, avançando em direção à categoria totalidade. No que tange ao conceito de “*memória*”, de Le Goff, convém ressaltar que se pode, perfeitamente, relacioná-lo com o processo de produção de consciência da classe trabalhadora, conforme enunciado por Marx, uma vez que a “*memória*”, para Le Goff e, conforme anteriormente sinalizado, pode ser um poderoso mecanismo de manipulação coletiva, se utilizado por forças conservadoras.

¹⁵ Os hemofílicos também foram identificados como potenciais portadores do vírus HIV, em uma época em que o sangue, proveniente dos bancos de sangue particulares eram de qualidade estritamente

por outro lado pode se afirmar que o *motor da história* reconduziu estes mesmos elementos, agora relacionados a uma doença sem cura e disseminada particularmente por via sexual, a novas análises e práticas correspondentes.

Um elemento imprescindível, quando se trata de enfatizar o processo de “longa duração” na epidemia de AIDS, é a **memória** como depositária deste processo estrutural, e que assegura “*ora o retraimento, ora o transbordamento do tempo e da história, como recurso dos mecanismos de manipulação da memória coletiva*” (Le Goff, 1994: 426). Cabe ressaltar que tais processos são sobremaneira potencializados pela revolução informacional, a qual a sociedade contemporânea tem testemunhado, e onde há uma reconfiguração dos limites de tempo e espaço que atravessam com imagens, ou fisicamente (à longa distância e em curto período de tempo), uma memória outrora oral ou escrita.

Com relação à homossexualidade e seu peso histórico na constituição de uma “ideia” acerca da AIDS, a contribuição de Cerqueira e Mott (2002:49) é indispensável, tendo em vista a observância dos autores quanto à relação da homossexualidade com as grandes tragédias humanas, como a destruição de Sodoma e Gomorra, a queda do império romano, a destruição da ordem dos templários etc, além da disseminação da mais dramática epidemia mundial: a AIDS.

Portanto, termos como *peste gay*, *câncer cor-de-rosa*, ou a expressão mais estigmatizada e que denota as vítimas desta epidemia, *aidético*, conectam a “longa duração” e a memória, não só a elementos históricos longínquos, mas acrescidos de novos ditames históricos que já acompanhavam a homossexualidade antes do (ad)evento da AIDS.

No caso dos profissionais do sexo atingidos pela epidemia que estava por se instalar, infere-se que os códigos morais que, por séculos, acompanharam as práticas chamadas de prostituição, somente corroboraram a idéia de uma doença relacionada à “promiscuidade” sexual, a qual vem sendo desconstruída, na atualidade, devido ao alto índice de mulheres casadas e optantes pela monogamia, infectadas pelo HIV.

duvidosa, tendo um controle quase nulo do Estado sobre as referidas práticas. O diferencial desta população, é que frente à opinião pública eram consideradas “vítimas inocentes” da infecção pelo HIV. PARKER, Richard. A Construção da Solidariedade. AIDS, sexualidade e política no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992: 35.

Mesmo assim, reconhecem-se, ainda hoje, os efeitos da “*longa duração*” de elementos que acompanham a prática dos profissionais do sexo através dos tempos, e que podem ser traduzidos em programas ou projetos que “tentam” tirar estas pessoas da prostituição.

Tais iniciativas, e este é um importante dado a ser enfrentado, podem estar relacionadas a uma dimensão moral, tendo em vista uma significativa participação das diversas religiões no contexto de respostas frente à AIDS, na medida em que os diferentes “*mandatos ou vocações*” das inúmeras denominações religiosas, são acrescidos de variadas propostas de intervenção (Galvão, 1997:109).

Sendo assim, não se pode deixar de reconhecer o fenômeno religioso como um importante vetor de contribuição de uma “*longa duração*” de ditames morais e de uma propagação desta dimensão moral no âmbito da memória coletiva, e que repercute não só contra o mercado de trabalho que envolve a prostituição, mas também, em relação à homossexualidade e ao uso de drogas, a partir de juízos de valor.

Quanto ao uso de drogas, pode-se inferir que fatores como leis que criminalizam o usuário em detrimento de políticas de enfrentamento como a distribuição de seringas descartáveis (redução de danos), bem como políticas de prevenção específicas – só para citar dois exemplos – já demonstram o quanto as realidades subjacentes ao uso de drogas, e que denotam a pluralidade do tempo social e seu caráter estrutural, podem determinar respostas eficazes à epidemia de AIDS.

A exata dimensão que se coloca à frente de nossos olhos é que demanda, portanto, um desvelamento destas estruturas ou as “*(...) permanências ou sobrevivências no imenso domínio cultural*” (Braudel: 1992b: 50), *social ou econômico, e que requerem, também, “uma renúncia da temporalidade linear em proveito dos tempos vividos múltiplos nos níveis em que o individual se enraíza no social e no coletivo”* (Le Goff: 1994: 473).

Em uma perspectiva mais ampla e que ultrapassa o âmbito local e nacional, um exemplo emblemático da importância de uma visão de totalidade e que influencia no enfrentamento da AIDS, é a relação entre as políticas internacionais e nacionais de combate à epidemia. Assim, quando se contempla no método de pesquisa a categoria

totalidade, reconhece-se criticamente as interfaces entre os diversos projetos e programas pré-estabelecidos por agências internacionais (bi ou multilaterais), organizações não governamentais e a possibilidade de implantá-las na realidade brasileira no sentido de atender as suas especificidades.

Dentre estas especificidades estão as que concentram as discussões acerca da política de saúde brasileira e em nível local, do Hospital dos Servidores do Estado, onde são acompanhadas as mulheres que frequentam o grupo de ajuda-mútua Viva a Vida, do serviço de doenças infecciosas daquele hospital. Nessa realidade, encontra-se um grupo de mulheres que respondem a um perfil importante de ser analisado, dada a sua especificidade de inserção na política de saúde, no próprio Grupo Viva a Vida, no mercado de trabalho e na vida.